



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 44/XV/ 1.ª SL

Aos 12 dias do mês de outubro de 2022, pelas 09:40 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 09H30

**Audição da Profª. Doutora Clara Patrícia Costa Raposo, no âmbito da indigitação para o cargo de Vice-Governadora do Conselho de Administração do Banco de Portugal.**

#### 10H45

**Audição da Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas, no âmbito da indigitação para o cargo de Administradora do Conselho de Administração do Banco de Portugal.**

#### 12H00 (após conclusão da audição supra)

1. Aprovação das atas n.º 39 a 42;
2. Discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 21/XV/1.ª \(GOV\)](#)— Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento;
3. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 237/XV/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a implementação do Plano de Emergência e Salvação Nacional, como resposta à crise inflacionista;
4. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 244/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que “assegure o direito ao esquecimento”, dando início à negociação do acordo nacional relativo ao

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 44/XV/ 1.ª SL

acesso ao crédito e a contratos de seguros por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, de forma a operacionalizar o direito ao esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro; (1.ª CACDLG e 9.ª CS em conexão)

5. Definição da metodologia de apreciação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 31/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Procede à alteração do Código dos Impostos Especiais de Consumo, transpondo as Diretivas (UE) 2019/2235, 2020/262 e 2020/1151, e introduz diversas alterações destinadas a reforçar os mecanismos de controlo aplicáveis no âmbito destes tributos;
6. Designação de relator do parecer para o [Projeto de Lei n.º 344/XV/1.ª \(IL\)](#) – Alarga a isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) a todas as aquisições de habitação própria e permanente (Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro);  
Cabe ao GP PS
7. Designação de relator do parecer para do [Projeto de Lei n.º 343/XV/1.ª \(CH\)](#) – Possibilita a tributação autónoma à taxa reduzida de 10% aplicável aos rendimentos relativos a contratos de alojamento celebrados com estudantes do ensino superior;  
Cabe ao GP PS
8. Designação de relator do parecer para do [Projeto de Lei n.º 338/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Reduz para 6% o IVA das prestações de serviços que visem assegurar a eficiência hídrica das habitações, procedendo à alteração do Código do IVA;  
Cabe ao GP PSD
9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PS para audições relativas a crédito habitação;

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 44/XV/ 1.ª SL

10. Designação de relator do parecer para a [Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª \(GOV\)](#)  
– Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais;  
Cabe ao GP IL
  11. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 327/XV/1.ª \(BE\)](#) – Limita a variação da taxa de esforço no crédito à habitação;
  12. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 334/XV/1.ª \(L\)](#) – Determina que os mutuantes disponibilizem, aos interessados em contratar um crédito à habitação própria ou que sejam partes num, o regime de prestações constantes e mistas. Permite a renegociação dos créditos quando a taxa de esforço supere a recomendada pelo Banco de Portugal;
  13. Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia [COM\(2022\)473](#) –  
“Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo a uma intervenção de emergência para fazer face aos elevados preços da energia;  
Cabe ao GP PSD
  14. Designação de relator do parecer para a [Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª \(GOV\)](#)  
— Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026;  
Cabe ao GP PCP
  15. Designação de relator do parecer para a [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#)  
— Aprova o Orçamento do Estado para 2023;  
Cabe ao GP BE
  16. Outros assuntos.
-



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 44/XV/ 1.ª SL**

#### **09H30**

#### **Audição da Profª. Doutora Clara Patrícia Costa Raposo, no âmbito da indigitação para o cargo de Vice-Governadora do Conselho de Administração do Banco de Portugal.**

O Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças iniciou os trabalhos, cumprimentando a Senhora Profª. Doutora Clara Patrícia Costa Raposo e os Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da indigitação para o cargo de Vice-Governadora do Conselho de Administração do Banco de Portugal.

Após uma intervenção inicial por parte da Senhora Profª. Doutora, usaram da palavra os Senhores Deputados Carlos Pereira (PS), João Barbosa de Melo (PSD) e Carla Castro (IL), tendo a Senhora Profª. Doutora respondido ao conjunto de questões colocadas pelos Senhores Deputados.

Não se verificando pedidos de palavra adicionais, o Senhor Presidente agradeceu a presença da Senhora Profª. Doutora Clara Patrícia Costa Raposo e deu por finalizada a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

#### **10H45**

#### **Audição da Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas, no âmbito da indigitação para o cargo de Administradora do Conselho de Administração do Banco de Portugal.**

O Senhor Presidente iniciou os trabalhos, cumprimentando a Senhora Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas e os Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito da indigitação para o cargo de Administradora do Conselho de Administração do Banco de Portugal.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 44/XV/ 1.ª SL

Após uma intervenção inicial por parte da Senhora Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Anastácio (PS) e João Barbosa de Melo (PSD), tendo a Senhora Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas respondido conjuntamente às questões colocadas.

Não se verificando pedidos de palavra adicionais, o Senhor Presidente agradeceu a presença da Dra. Helena Maria de Almeida Martins Adegas e deu por finalizada a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet](#) da audição.

#### **12H00 (após conclusão da audição supra)**

##### **1. Aprovação das atas n.º 39 a 42;**

Não se verificando qualquer pedido de palavra, o Senhor Presidente colocou as atas conjuntamente à votação, tendo as mesmas sido aprovada por unanimidade, na ausência do PCP, BE, PAN e L.

##### **2. Discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 21/XV/1.ª \(GOV\)](#)— Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento;**

O Senhor Deputado Rui Afonso (GP CH) solicitou o adiamento potestativo deste ponto para a próxima reunião.

O Senhor Presidente disse que não poderia deixar de recordar que existia um acordo entre todos, sem oposição de qualquer GP, para que, atendendo à urgência da iniciativa, o presente processo ficasse concluído antes da suspensão dos trabalhos para o

**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 44/XV/ 1.ª SL**

processo orçamental. Referiu, contudo, que o adiamento para a próxima reunião, permitirá ainda cumprir este prazo.

Ficou adiado este ponto para a reunião seguinte, 19 de outubro.

- 3. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 237/XV/1.ª \(CH\)](#) – Recomenda ao Governo a implementação do Plano de Emergência e Salvação Nacional, como resposta à crise inflacionista;**

O Senhor Deputado Rui Afonso (GP CH) indicou que pretendia que a discussão deste projeto de resolução decorresse em Plenário.

- 4. Definição da metodologia de apreciação do [Projeto de Resolução n.º 244/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo que “assegure o direito ao esquecimento”, dando início à negociação do acordo nacional relativo ao acesso ao crédito e a contratos de seguros por parte de pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, de forma a operacionalizar o direito ao esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro; (1.ª CACDLG e 9.ª CS em conexão)**

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) solicitou o adiamento deste ponto para a reunião subsequente.

- 5. Definição da metodologia de apreciação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 31/XV/1.ª \(GOV\)](#) – Procede à alteração do Código dos Impostos Especiais de Consumo, transpondo as Diretivas (UE) 2019/2235, 2020/262 e 2020/1151, e introduz diversas alterações destinadas a reforçar os mecanismos de controlo aplicáveis no âmbito destes tributos;**

Atendendo à urgência da iniciativa conforme foi assinalado pelo Governo, e após as intervenções dos senhores Deputados Miguel Cabrita (PS) e Alexandre Simões (PSD), foi consensualizado que: (i) o prazo para solicitação de diligências seria o próximo dia 14 de outubro, (ii) as diligências requeridas seriam votadas na reunião ordinária da Comissão de 19 de outubro; (iii) o prazo para apresentação de propostas de alteração



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 44/XV/ 1.ª SL

seria o dia 2 de dezembro, pelas 18h; e (iv) a discussão e votação da proposta de lei na especialidade decorreria no dia 7 de dezembro.

6. Designação de relator do parecer para o [Projeto de Lei n.º 344/XV/1.ª \(IL\)](#) – Alarga a isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) a todas as aquisições de habitação própria e permanente (Alteração ao Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro);  
Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) indicou o Senhor Deputado Carlos Pereira (PS).

7. Designação de relator do parecer para do [Projeto de Lei n.º 343/XV/1.ª \(CH\)](#) – Possibilita a tributação autónoma à taxa reduzida de 10% aplicável aos rendimentos relativos a contratos de alojamento celebrados com estudantes do ensino superior;  
Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) indicou o Senhor Deputado Pedro Anastácio (PS).

8. Designação de relator do parecer para do [Projeto de Lei n.º 338/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Reduz para 6% o IVA das prestações de serviços que visem assegurar a eficiência hídrica das habitações, procedendo à alteração do Código do IVA;  
Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) indicou que seria relatora a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD).

9. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PS para audições relativas a crédito habitação;



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 44/XV/ 1.ª SL**

A Senhora Deputada Vera Braz (PS) apresentou o requerimento apresentado pelo PS dizendo que dispensa grandes apresentações, tendo já sido amplamente discutido em Plenário. Disse ter conhecimento do requerimento apresentado na 6.ª Comissão, mas cuja competência caberá à Comissão de Orçamento e Finanças. Disse ser importante ouvir as entidades referidas no requerimento com o objetivo de conhecer as condições atuais das famílias face às eventuais dificuldades atravessadas face aos aumentos das taxas de juro.

O Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) disse pretender votar separadamente a audição da DECO e da APB, por um lado, e a do Banco de Portugal, por outro, uma vez que o requerimento apresentado na 6.ª Comissão já visa ouvir essas entidades, dizendo considerar não ser curial chamar as entidades às duas Comissões para tratar o mesmo tema. Disse que o PSD votaria favoravelmente a audição do Banco de Portugal e abster-se-ia quanto à audição da DECO e APB. Mais disse deixar a sugestão de que pudesse existir articulação entre os Presidentes das Comissões de forma que as entidades fossem chamadas apenas uma vez.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) esclareceu que a intenção seria realizar audição conjunta entre as duas Comissões, uma vez que não faria sentido, nem seria curial solicitar a presença de duas entidades, no mesmo período, sobre o mesmo tema, em Comissões diferentes.

O Senhor Presidente referiu que já tinham existido contactos com o Presidente da 6.ª Comissão, e que aquela comissão havia sobrestado na realização da audição, atendendo a que a competência seria da COF, pelo que seria a COF a convidar a 6.ª Comissão a associar-se á audição.

Não havendo mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente colocou à votação o requerimento de forma segregada. A parte do requerimento referente à audição do Banco de Portugal foi aprovada por unanimidade, na ausência do PCP, BE, PAN e L.

A parte do requerimento referente às audições à DECO e à APB foi aprovada, com a abstenção do PSD e o voto favorável dos demais, na ausência do PCP, BE, PAN e L.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 44/XV/ 1.ª SL

O Senhor Presidente disse que as audições seriam agendadas para depois do processo orçamental, sendo convidada a 6.ª Comissão.

- 10. Designação de relator do parecer para a [Proposta de Lei n.º 35/XV/1.ª \(GOV\)](#)**  
– Altera o regime de um conjunto de benefícios fiscais;  
**Cabe ao GP IL**

A Senhora Deputada Carla Castro (IL) disse que seria relatora do parecer.

- 11. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 327/XV/1.ª \(BE\)](#)** – Limita a variação da taxa de esforço no crédito à habitação;

Este ponto foi adiado, atendendo à ausência do Proponente.

- 12. Definição da metodologia de apreciação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 334/XV/1.ª \(L\)](#)** – Determina que os mutuantes disponibilizem, aos interessados em contratar um crédito à habitação própria ou que sejam partes num, o regime de prestações constantes e mistas. Permite a renegociação dos créditos quando a taxa de esforço supere a recomendada pelo Banco de Portugal;

Este ponto foi adiado, atendendo à ausência do Proponente.

- 13. Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia [COM\(2022\)473](#)** –  
“Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo a uma intervenção de emergência para fazer face aos elevados preços da energia;  
**Cabe ao GP PSD**

O Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) indicou que seria relatora a Senhora Deputada Patrícia Dantas (PSD).

- 14. Designação de relator do parecer para a [Proposta de Lei n.º 37/XV/1.ª \(GOV\)](#)**  
— Aprova a Lei das Grandes Opções para 2022-2026;  
**Cabe ao GP PCP**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 44/XV/ 1.ª SL

Não estando presente qualquer representante do GP, o Senhor Presidente referiu que seria solicitado àquele a indicação de autor do parecer.

#### 15. Designação de relator do parecer para a [Proposta de Lei n.º 38/XV/1.ª \(GOV\)](#)

— **Aprova o Orçamento do Estado para 2023;**  
**Cabe ao GP BE**

Não estando presente qualquer representante do GP, o Senhor Presidente referiu que seria solicitado àquele a indicação de autor do parecer.

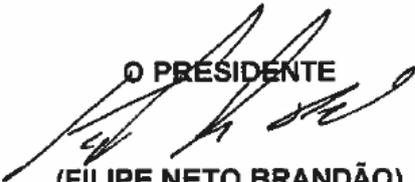
#### 16. Outros assuntos.

O Senhor Presidente informou que a Senhora Ministra dos Assuntos Parlamentares o mapa de audições dos ministros, a qual seria distribuída presumivelmente durante a tarde.

Relembrou que a próxima reunião ordinária ocorreria no dia 19 de outubro, às 9h00, sendo importante assegurar desde logo a existência de quórum deliberativo.

A reunião foi encerrada às 12:28 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 outubro 2022.

  
**O PRESIDENTE**  
**(FILIPE NETO BRANDÃO)**



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 44/XV/ 1.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)  
Carlos Brás (PS)  
Carlos Pereira (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Hugo Costa (PS)  
Ivan Gonçalves (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
Miguel Cabrita (PS)  
Pedro Anastácio (PS)  
Sérgio Ávila (PS)  
Vera Braz (PS)  
Alexandre Simões (PSD)  
Artur Soveral Andrade (PSD)  
Hugo Carneiro (PSD)  
João Barbosa De Melo (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Patrícia Dantas (PSD)  
Rui Vilar (PSD)  
Rui Afonso (CH)  
Carla Castro (IL)  
Miguel Iglésias (PS)  
Sara Madruga Da Costa (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco (PSD)  
Inês De Sousa Real (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Matos (PS)  
Bruno Dias (PCP)  
Mariana Mortágua (BE)  
Rui Tavares (L)